

**CONTRATO N.º 1008 /2025**

**Município de Oeiras**, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por **Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves**, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências, nos termos do Despacho do Sr. Presidente, Dr. Isaltino Moraes, com o número 106/2025, datado de 15 de dezembro, adiante designado como **Município** ou **Primeiro Outorgante**;

E,

**Ajuda de Mãe, Associação de Solidariedade Social**, associação de direito privado, pessoa coletiva n.º 502 617 780, com sede na Rua Arco do Carvalhão, 282, em Lisboa, representada neste ato por **Pedro Manuel Moura Martins Coelho Marques**, titular do cartão de cidadão número [REDACTED] e **Miguel Nuno dos Santos João dos Reis Cunha**, titular do cartão de cidadão número [REDACTED] [REDACTED] que outorgam respetivamente, na qualidade de Presidente da Direção e Tesoureiro, com poderes para outorgar o presente acordo ao abrigo do n.º 1 do artigo 40.º dos Estatutos, publicados a 22/11/2017 no site publicações.mj.pt e da ata de eleição dos órgãos sociais e tomada de posse n.º 93, datada de 18/03/2025, doravante designada abreviadamente por **Entidade Parceira** ou **Segunda Outorgante**; \_\_\_\_\_

Considerando que:

- A) Nos termos do disposto nas alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito das suas competências, compete à Câmara Municipal, nomeadamente, apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de

solidariedade social, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras e apoiar atividades de natureza social de interesse para o município;

- B) Constituindo-se como possibilidades de apoio, o suporte a atividades e/ou o apoio à realização das obras necessárias ao desenvolvimento da sua atividade, o interesse municipal fundamenta-se no investimento e retorno que resulta da atividade desenvolvida pelas entidades que operam localmente na prestação de respostas de suporte às famílias e à comunidade, designadamente no âmbito das respostas sociais formais e no acompanhamento de situações de maior vulnerabilidade social, de que são exemplo, as crianças na primeira infância;
- C) A Ajuda de Mãe, disponibiliza diversos contributos para os munícipes, entre as quais, a Creche e Jardim de Infância Escola do Arco, que representa uma importante resposta para o território da freguesia de Oeiras, com particular enfoque no apoio às famílias, integração social e comunitária;
- D) Esta Instituição surge, na maioria das vezes, como entidade de primeira linha de atuação no combate às situações de exclusão social e de proteção e promoção do bem-estar das crianças desta área geográfica;
- E) Disponibilizando atualmente apoio a um total de 69 crianças na valência de creche, sendo que 67 das crianças se encontram ao abrigo de Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social e um total de 60 crianças na valência de Jardim de Infância;
- F) O referido estabelecimento de educação funciona de acordo com o horário compreendido entre 07h.00m/20h.00m.

Neste enquadramento, e ao abrigo das alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atento o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, de acordo

com a deliberação do órgão executivo do Município de Oeiras, de 17 de dezembro de 2025, titulada pela Deliberação n.º 1198/2025, é celebrado o presente Contrato, que se rege pelas seguintes cláusulas, reciprocamente acordadas entre as partes:

### **Cláusula I**

#### **(Objeto)**

O presente contrato tem por objeto a atribuição de uma comparticipação financeira no montante total de 45.735,34€, (quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco euros e trinta e quatro centésimos) à Segunda Outorgante, para realização de obras de melhoria das respetivas infraestruturas no Equipamento Social, Escola do Arco, valor que corresponde a 50% do valor total da obra mais IVA.

### **Cláusula II**

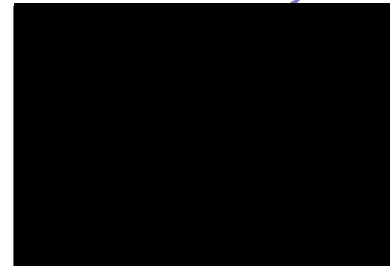
#### **(Comparticipação Financeira)**

1. Para prossecução do objeto da cláusula anterior o **Primeiro Outorgante** atribui à **Segundo Outorgante** uma comparticipação financeira no valor global de **45.735,34€** (quarenta e cinco mil setecentos e trinta e cinco euros e trinta e quatro centésimos), destinado ao apoio descrito na cláusula anterior.
2. O valor a atribuir será pago após a celebração do presente contrato e a sua publicação.
3. O encargo do primeiro outorgante, resultante do presente contrato, será satisfeito, pela seguinte dotação orçamental: classificação orgânica: 02; classificação económica: 080701, com a ficha de compromisso 1983139, datada de 18 de dezembro de 2025. \_\_\_\_

### **Cláusula III**

#### **(Obrigações do Segundo Outorgante)**

1. O **Segundo Outorgante** compromete-se a:
  - a) Aplicar os apoios concedidos exclusivamente ao fim a que se destinam, em conformidade com o pedido apresentado e a respetiva decisão de concessão;



- b) Entregar relatórios trimestrais de execução da atividade e, quando aplicável, os documentos comprovativos das despesas a que os apoios se destinam, quando as mesmas sejam objeto de concretização, designadamente da obra efetuada, objeto da comparticipação a dar à Segunda Outorgante;
  - c) Mencionar o Município, enquanto entidade concedente do apoio à atividade, designadamente através da menção expressa «*com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras*» e da aposição do respetivo logotipo em todos os suportes gráficos de promoção e divulgação da atividade, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
  - d) Cumprir todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente obtendo todas as autorizações que sejam necessárias à realização da atividade;
  - e) Solicitar autorização prévia e expressa do Município para qualquer alteração à aplicação do apoio concedido;
  - f) Consentir no acompanhamento e controlo pelo Município das obrigações, legais e contratuais a que está adstrito, bem como prestar todas as informações que este lhe solicitar;
  - g) Informar o Município de qualquer alteração às condições em que assentou a concessão do apoio, designadamente quanto ao cumprimento dos requisitos da entidade beneficiária.
2. O relatório previsto na alínea b) do número anterior deve contar informação bastante para avaliar a atividade ou o projeto realizado, nomeadamente quanto ao cumprimento dos objetivos e resultados propostos, aos benefícios de interesse público alcançados, e aos desvios entre o previsto e o realizado e a respetiva fundamentação.

#### **Cláusula IV**

##### **(Duração do contrato)**

O presente contrato caduca com o envio do comprovativo do pagamento da obra e da sua conclusão.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e controlo da comparticipação)**

O **Primeiro Outorgante**, através dos serviços municipais competentes, fiscalizará a execução do presente contrato, podendo realizar, para o efeito, as medidas que considere adequadas ao seu acompanhamento.

#### **Cláusula VI**

##### **(Gestor do Contrato)**

Nos termos do artigo 290º A, do Código dos Contratos Públicos e de modo a acompanhar permanentemente a sua execução, é designada como gestora do contrato, a [REDACTED] na qualidade de Coordenadora do Programa de Acompanhamento às IPSS- Departamento de Educação.

#### **Cláusula VII**

##### **(Incumprimento)**

1. Sem prejuízo de outras causas previstas na lei, o incumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato, designadamente a irregularidade na aplicação dos apoios, pode determinar, consoante a sua gravidade, a resolução do contrato celebrado ou a revogação do ato de concessão do apoio, com obrigação de restituição das quantias recebidas, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que haja lugar, nos termos legais.
2. Quando o Município determine a restituição de quantias por incumprimento, nos termos previstos no número anterior, a entidade fica impedida de beneficiar de novos apoios enquanto não proceder a essa restituição.
3. Em caso de incumprimento grave ou reiterado dos deveres previstos no artigo anterior, pode a entidade ser impedida, a título sancionatório, de ser beneficiária de novos apoios, por um período máximo de dois anos.

4. O pagamento do apoio pode ser objeto de suspensão no caso da entidade beneficiária se encontrar em situação de incumprimento superveniente das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, enquanto tal incumprimento se mantiver.

### **Cláusula VIII**

#### **(Aditamentos)**

Todos os aditamentos e alterações ao presente contrato só serão válidos se realizados por escrito, com expressa menção das cláusulas revogadas, aditadas ou alteradas e desde que, expressamente, aprovadas por todas as partes.

### **Cláusula IX**

#### **(Natureza e foro)**

1. As partes consideram que o presente Contrato reveste a natureza jus-administrativa, nos termos do artigo 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, assumindo o Primeiro Outorgante os poderes previstos no artigo 302.º do mesmo Código.
2. Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação, validade ou execução do presente Contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula X**

#### **(Publicitação)**

O presente contrato é publicitado no sítio da internet do Município, sem prejuízo da sua publicação em Boletim Municipal, nos termos do previsto no número 1 do artigo 2º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto.

E para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim, [REDACTED], na qualidade de Oficial

**MUNICÍPIO  
OEIRAS**

Pública, nomeada por despacho n.º 57/2023, de 11 de abril, do Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o fiz escrever e também assino. \_\_\_\_

Oeiras, 19 de dezembro de 2025. \_\_\_\_

**Pelo Município de Oeiras**

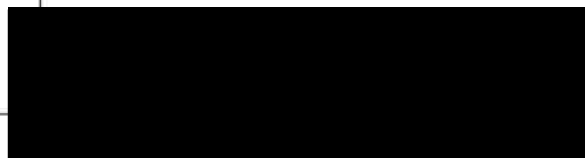


Francisco Rocha Gonçalves

**2º. Outorgante**



Pedro Marques



Miguel Cunha

**A Oficial Pública**

